

Entrevista

Mara Ribeiro

Gerente de Ensino da Coordenadoria Metropolitana I – SEEDUC – RJ

Por Nágila Oliveira dos Santos



Formação: Letras – Português/Inglês/Literaturas
Tempo de atuação no magistério: 17 anos
Tempo de atuação como gestora na área de educação: 06 anos

Revista África e Africanidades: *Fale um pouco sobre a sua trajetória como educadora e gestora na área de Educação.*

Mara Ribeiro: Minha trajetória começou lá pelos idos de 1990, como educadora informal, antiga explicadora particular. Sempre muito dedicada, logo atraí muitos alunos, criando uma clientela fiel e assídua. Líder nata, a gestão sempre esteve presente em minha vida. Como gestora, fui assumir o desafio de mudar a realidade de uma comunidade humilde, e, com sérios conflitos sociais em um bairro do município de B. Roxo, onde as crianças desta comunidade sofriam muito por enfrentarem estes conflitos, o reflexo era imediato na sala de aula, com a evasão, com a violência dentre outros problemas. Sempre estive às voltas com a participação direta nas mudanças e transformações do cidadão, mesmo longe da sala de aula, sempre procurei contribuir para o avanço da educação, oferecendo uma escola de qualidade para alunos e professores.

Revista África e Africanidades: *Após sete anos da promulgação da lei 10.639/03, como você avalia o impacto desta lei, nas unidades de ensino da coordenadoria metropolitana I?*

Mara Ribeiro: Ainda com ações muito tímidas, e muitas das vezes sem grande foco na proposta político-pedagógica da lei. Porém, todas têm dado respostas muito positivas aos fomentos que foram implementados durante todo este ano de 2010. Tivemos a felicidade de realizar várias ações integradas com viés do que

propõe a lei, que foram da sala de aula à formação continuada com os professores das disciplinas definidas no caput da lei até as exatas e afins, através de atividades nas próprias Unidades Escolares, bem como participação em Seminários, Palestras, Encontros e Cursos de Extensão. A Coordenadoria Regional Metropolitana I, através da Gerência de Ensino, tem estimulado bastante a realização de atividades interdisciplinares. Fomos a primeira Coordenadoria a participarmos oficialmente com todas as nossas XXX Unidades de Ensino Médio do

Concurso de Redação promovido pelo CEAP – Centro de Populações Marginalizadas, onde 09 redações foram selecionadas a integrarem o livro de publicação e uma delas foi premiada em 2º lugar, no Concurso que é realizado em âmbito estadual. Realizamos o “**I Seminário Africanidades – Protagonizando a Lei 10.639/03, sob a luz dos 100 anos da Revolta da Chibata**”, no dia 22 de novembro, no Teatro Municipal de Queimados e a **I Mostra de Cultura Afrobrasileira**, no dia 23 do mesmo mês, no C.E Arruda Negreiros, em homenagem a Unidade por ter tido a aluna premiada com a redação. Dentre outras ações que completaram o cronograma de 2010.

Revista África e Africanidades: *Nos dias de hoje, quais as principais dificuldades encontradas para a aplicação da lei 10.639/03?*

Mara Ribeiro: Bem, muitos são as dificuldades para a aplicação da lei. Porém, considero que a maior delas seja o não comprometimento dos gestores, sejam eles locais ou do Executivo. A maior resistência está nestes elementos que julgo eu serem os instrumentos fundamentais para ratificar a aplicabilidade da Lei.

Revista África e Africanidades: *O mito da democracia racial impede a discussão do racismo em nossa sociedade. Você observa esta realidade entre os docentes?*

Mara Ribeiro: Sim. Infelizmente ainda hoje, pleno século XXI, podemos afirmar que o racismo ainda é uma ação velada, e muito presente entre nós docentes, ainda que negado a todo tempo.

Revista África e Africanidades: *É necessária uma preparação maior dos professores das redes pública e privada para poderem focar o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana sem um viés racista? Você acha que os professores estariam preparados ou teriam de passar por uma preparação, para tratar desse tema?*

Mara Ribeiro: Penso que uma maioria considerável hoje encontra-se preparada para fazer a abordagem do tema, porém ainda existe uma pequena camada que precisa de treinamento sim, pois como mencionei anteriormente, as práticas racistas estão presentes nas salas de aula, ainda que não praticadas de maneira direta e consciente em “alguns casos”, por vezes outras, o racismo que é inerente da formação de uma sociedade excludente e embranquecedora se manifesta de forma perversa.

Revista África e Africanidades: *Anualmente, uma considerável quantia de dinheiro vem sendo devolvida ao Governo Federal por estados e municípios, no país inteiro, porque esses não apresentam projetos para a lei 10.639/03. Em sua opinião, quais as principais dificuldades encontradas na elaboração destes projetos?*

Mara Ribeiro: Sinceramente... Vontade política e gestores comprometidos em formar uma sociedade consciente de sua “identidade”, não a que se dá pela cor da pele, mas sim a que o referenda pela sua origem. O princípio está na formação do cidadão, a fim de fazê-lo conhecer sua própria história.

Revista África e Africanidades: *Dentro da Coordenadoria Metropolitana I existe um projeto de formação continuada de professores, voltado à*

aplicação da lei 10.639/03? Como esta formação vem sendo planejada/realizada?

Mara Ribeiro: Sim existe. Este é meu primeiro ano a frente da Gerência de Ensino, e conseguimos realizar algumas ações que contribuíram bastante para a formação continuada dos docentes de nossa Rede. Represento a Coordenadoria no Comitê Estadual Etnicorracial da SEEDUC, onde cada membro tem de apresentar sua agenda de ações, nossa Coordenadoria tem realizado Seminários, Cursos de extensão, Encontros docentes realizados em parceria com entidades não-governamentais e Universidades, para o próximo ano nossa meta é a realização de um curso de Especialização nesta temática para os nossos docentes.

Revista África e Africanidades: *Pesquisa da Fipe/Inep apontou a criança negra como principal vítima do bullying. Como a violência contra crianças e adolescentes negros aparece no cotidiano escolar? Você acredita que a lei 10.639/03 pode alterar esta realidade?*

Mara Ribeiro: A banalização da violência vivida por nossas crianças e jovens negros chega ser assustador, até devido à falta do conhecimento que aquela ação é uma prática racista. A lei vem fazer uma série de correções nas práticas e atitudes do cidadão. Daí a resistência em aplicá-la.

Revista África e Africanidades: *A metropolitana I reúne diversas escolas que oferecem o curso normal na modalidade de ensino médio. A metropolitana vem estudando a construção de algum projeto específico*

tanto para docentes que atuam neste curso como para normalistas?

Mara Ribeiro: Sim. Apresentamos a SEEDUC, um projeto intitulado TIMBUKITU, que significa solo fértil, para implementação em 2011, assim que for autorizado, onde o foco será exatamente alunos e alunas do Curso de Formação de Professores, bem com o envolvimento com seus professores. Torço para que seja aprovado.

Revista África e Africanidades: *Há projetos realizados por alguma unidade de ensino da metropolitana que merece destaque por ultrapassar as ações caricatas, sem reflexão e que visualizam a cultura africana e afro-brasileira apenas como exótica? Quais você destacaria?*

Mara Ribeiro: C.E Costa e Silva, CIEP 113 Waldick Pereira, C.E Juarez Távora, CIEP 021 Gel. Ozório, CIEP 364 Nelson Ramos e C.E Dom Pedro I, dentre outros a Coordenadoria tem muitas Unidades que se destacam com ações muito interessantes nesta temática.

Revista África e Africanidades: *Aluna e docente da unidade de ensino C.E. Arruda Negreiros, localizada na metropolitana I, tiveram a redação classificada em segundo lugar no Concurso de Redação Camélia da Liberdade 2010, que reuniu unidades de todo o estado do RJ. Como foi realizada a motivação e mobilização dos docentes desta e das demais unidades de ensino para a participação neste concurso?*

Mara Ribeiro: Este memorável fato nos alegrou demais, a mim em especial. Nossa coordenadoria foi a única a selar esta parceria em âmbito estadual. A motivação foi feita por mim,

por tê-la incluído no calendário das ações da coordenadoria. O planejamento e a preparação começaram bem antes quando selecionei professores das Unidades de ensino normal a participarem do seminário realizado no CEAP em março, e posteriormente convidando os gestores para uma agenda externa de premiação de personalidades negras, por se destacarem com ações nesta temática. Daí, o concurso foi lançado em nossa coordenadoria envolvendo o Diretor geral e um professor que seria o orientador das redações, isso em todas as Unidades de Ensino Médio. O resultado deste trabalho foi ter a aluna do C.E Arruda premiada em 2º lugar e mais 08 redações selecionadas para a integrarem o livro das melhores redações do concurso 2010 do Rio e S. Paulo.

Revista África e Africanidades: *A intolerância religiosa é um tema a ser debatido por toda a comunidade escolar, mas a disciplina ensino religioso tem um papel muito importante. Como tem sido a atuação dos profissionais desta disciplina, no que se refere à aplicação da lei 10.693/03? Quais são as orientações dadas a estes profissionais?*

Mara Ribeiro: Encontramos muita resistência por parte dos profissionais, e de certa forma o sistema favorece. A principal orientação é de que a laicidade deve prevalecer.

Revista África e Africanidades: *A existência de materiais didáticos e de formação de professores que valorize os aspectos históricos, artísticos e culturais da população negra ainda se apresenta como uma lacuna para educadores. Como tem sido realizada a orientação dos docentes para a escolha destes materiais?*

Mara Ribeiro: Este ano foquei no IV Salão do Livro e no PNLN, para facilitar, fomentar e viabilizar um melhor acervo de apoio para que os professores possam realizar seu trabalho de maneira apropriada.

Revista África e Africanidades: *Qual a sua visão sobre Ações afirmativas no Brasil?*

Mara Ribeiro: Antes da afirmação, está a reparação. Não temos como afirmar se não tivermos o compromisso de reparar perdas historicamente vividas. Porém, as ações afirmativas têm sido fundamentais no tocante ao avanço das garantias dos direitos: acesso a educação, a saúde, moradia. Mas não posso deixar de mencionar que ainda temos pastas governamentais que não visibilizam o negro na sociedade e que por isto provocam a sua eliminação. As ações afirmativas só terão efetiva materialidade em nosso país quando o povo negro estiver representado nos meios de comunicação e ocupando os espaços de tomada de decisão e poder.